

Educação patrimonial: museu cultural da humanidade

Juliana Machado do Couto e Melo*

1 Introdução

No atual contexto de avanços tecnológicos, a facilidade de comunicação e de deslocamento de pessoas, a integração econômica, política e cultural contribuem para o crescimento desordenado das cidades, da especulação imobiliária, das mudanças dos comportamentos, dos novos valores e estilos de vida, tornando-se, pois, parâmetros globais, resultantes da vida capitalista, que podem gerar impactos irreversíveis nos patrimônios.

Nesse quadro social, o homem do século XXI busca o conforto que lhe é oferecido pela constante evolução tecnológica, reconhecendo a necessidade de manter sua identidade, sua herança cultural, através da referência sobre um passado que precisa estar vivo para servir de equilíbrio perante a vida moderna.

Segundo Rodrigues (1999), no início dos tempos, a palavra *patrimônio* esteve relacionada à herança familiar, aos bens materiais. No século XVIII, quando, na França, o poder público começou a se preocupar com a proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso de “patrimônio” ampliou-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

Baseado em Rodrigues (1999), a partir do final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades, dando uma base cultural comum a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou, assim, a identificar a representação do passado histórico e cultural de uma sociedade.

Atualmente, Patrimônio Cultural refere-se a toda produção humana, de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época, natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia (RODRIGUES, 1999).

Esta produção cultural dos seres humanos se constitui dos bens culturais que podem ser: a produção artística e histórica; a arquitetura; os manuscritos; os livros; bens arqueológicos; as manifestações do saber-fazer, como a dança, a música, o artesanato, entre outros, caracterizados como valores decorrentes da importância histórica, afetiva e de identidade cultural que estes bens possuam. (RODRIGUES, 1999).

A valorização desses bens é que exige a necessidade de conservá-los através da preservação histórica, visando a garantir a manutenção de memória coletiva no decorrer dos séculos. A memória, onde se desenvolve a história, que por sua vez a alimenta, procura preservar o passado para atender o presente e o futuro. Isso como uma fonte essencial e vital de inspiração para a criatividade, para os homens e para os povos, e é por meio dela, aliada ao patrimônio material e imaterial, cultural e natural, que cada povo, que cada indivíduo, constrói sua identidade. (RODRIGUES, 1999).

* Centro Universitário Una e Centro de Gestão Empreendedora FEAD/MG; Mestre em Engenharia de Produção.

Assim, torna-se necessária uma compreensão do conceito de Patrimônio Cultural, desde sua citação na Constituição Brasileira:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - formas de expressão; II - Os modos de criar, fazer e viver; III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Hoje, entende-se que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de patrimônio cultural, legados de gerações anteriores, são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente. E permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Nesse sentido, a idéia de preservação - na qual se baseiam as ações de identificação, registro, proteção, tombamento, divulgação e promoção do que seja o patrimônio cultural da nação - torna-se motivo, constante, de investigação, atrelada a diferentes abordagens, com vistas a se construir, continuamente, o seu significado como bem cultural, identidade, memória e cidadania. (RODRIGUES, 1999).

Nesse contexto, faz-se, no presente estudo, referência ao Patrimônio Cultural mais autêntico. Pertencer a uma identidade cultural autêntica significa descobrir-se, ser diferente dos comportamentos globalizados. Por isso, patrimônios culturais imateriais como as formas de trabalho com a terra e o sentido da culinária, o cultivo e o preparo dos alimentos, tornam-se patrimônios da cultura e demonstram a riqueza da relação entre identidade e diversidade da cultura.

A dinâmica dos tempos revela que as culturas não se congelam, adaptam-se. As trocas culturais são comuns. Por outro lado, as comunidades que se organizam para revelar seu patrimônio, que assumem sua identidade e que recuperam formas tradicionais de cultivo de alimentos, de moradias, de formas de dança, música e cultura estão tendo oportunidade de serem autênticas e revelar para a sociedade globalizada suas diferenças, peculiaridades e modos de comportamento.

Ao discutir essa temática, pretendeu-se estabelecer uma interface entre patrimônio cultural e museu cultural, como recurso de preservação da memória na construção da identidade. O acervo desse museu cultural deve ser levantando, estudado, catalogado, guardado e preservado, como um museu cultural, do qual depende a formação da identidade cultural de um povo, de uma nação, de um mundo, cujo fundamento se instala em um processo de educação patrimonial.

Dessas reflexões, busca-se, neste trabalho, dados que permitam responder a seguinte questão caracterizada como problema de pesquisa: *Como preservar os bens imateriais? O Patrimônio Cultural pode ser reconhecido como um Museu Cultural da Humanidade, considerando a educação patrimonial?*

2 Patrimônio Cultural

O conceito de Patrimônio Cultural, então, envolve em grande escala o feito humano atrelado a um contexto. Uma vez que todo o espaço ocupado pelo homem pressupõe uma atuação que significa a busca de sobrevivência e o bem-estar, o espaço geográfico natural está impresso pelo resultado da ação do homem. Isso leva a inferir que tudo que representa essa marca, essa impressão, seja no nível material ou simbólico, representa uma modificação feita pelo homem e é uma forma de manifestação da cultura de um povo, o que, por sua vez, também é Patrimônio Cultural.

Assim, o Patrimônio não é algo sem importância, fruto de convenções sociais. É ativo e promove um aprofundamento nos contextos sociais, históricos e econômicos. O antropólogo, a partir das produções do homem, faz contato com as necessidades da sociedade que as desenvolvem e que as vivenciam, e possibilita a compreensão dos seus

problemas, o que os gera, colaborando na busca de soluções (AGUIRRE, 1997).

Desta forma, o Patrimônio é reflexo da sociedade que o produz. No entanto, não necessariamente é fruto da coletividade, pois existem processos nos quais o Patrimônio é produto de contextos econômicos, políticos, ou culturais cujas decisões se deram em classes ou grupos concretos; mas apenas representam Patrimônio quando tais construções são assumidas pela coletividade de forma autônoma.

O Patrimônio etnológico engloba aspectos tão variáveis como as paisagens naturais, assim tenham sido elas manipuladas pelo homem. Nele se abre um campo para a antropologia do espaço e a contribuição para a valorização simbólico-espacial. A paisagem humanizada já não é vazia e adquire significado. Aguirre (1997, p. 206) apresenta a definição de Patrimônio Etnológico em que o termo significaria variedade de Patrimônio material e imaterial, envolvendo os bens móveis e imóveis, e todos os aspectos ideacionais de uma sociedade, suas comidas, literatura, crenças, mitos, ritos. O Patrimônio Etnológico indica um valor popular enraizado.

Com relação ao Patrimônio Cultural, pode se dizer que os arquivos e a documentação histórica, de certa maneira, saíram ganhando com a atenção à preservação da memória que passou a fazer parte da construção da identidade nacional. A memória se tornou uma forma de resgate da cultura, aumentando o acervo socialmente disponível de conhecimentos sobre ciência e saúde. Passou também a ser gradualmente percebido como um componente da história e da educação.

A grande diversidade de instrumentos institucionais e sociais pode e deve ser compreendida em uma perspectiva ampliada de patrimônio, com tradições culturais, práticas e valores simbólicos, elementos enfim de experiências coletivas e vivências pessoais (bens imateriais) de inestimável valor para seus personagens, muitos dos quais interessados em fortalecer, valorizar e difundir este vasto acervo da saúde enriquecido e renovado pelas novas mediações que hoje se processam entre ciência, saúde e sociedade.

O patrimônio cultural, enquanto soma dos bens culturais, segundo Aguirre (1997), constitui uma referência fundamental para a identidade de um povo; e a comunidade deve reconhecer e valorizar as tradições, os costumes, as experiências e o saber fazer dos seus antecessores, os quais fazem parte do seu legado histórico. Desta forma, defender e estimular a sua preservação, nada mais é do que buscar garantir a sua própria continuidade e identidade.

O fortalecimento da identidade cultural passa necessariamente pela questão do patrimônio, como elemento que fortalece o sentimento de pertencimento a uma comunidade, cultura ou tradição, que permite realizar o elo entre passado e presente. Tornar um casarão ou fazenda do século XIX um museu representa o fortalecimento da identidade cultural, da geração de conhecimento, e de formação para os cidadãos e fundamentalmente para o desenvolvimento sustentável.

3 Preservação

A preservação do patrimônio tem, entre suas funções, o papel de realizar “a continuidade cultural”, ser o elo entre o passado e o presente e nos permite conhecer a tradição, a cultura, e até mesmo, quem somos e de onde viemos. Desperta o sentimento de identidade. Barreto defende a “recriação de espaços revitalizados”, como um dos fatores que podem “desencadear o processo de identificação do cidadão com sua história e cultura” (BARRETO, 2000, p. 44).

Dar atenção à comunidade, valorizando os sujeitos como produtores de bens culturais, transmissores de conhecimentos de geração para geração e conhecedores de sabedorias de antepassados e de cuidados pertencentes à comunidade de que fazem parte. Conhecimentos esses que, embora muitas vezes desconsiderados ou desconhecidos, estão presentes na comunidade e fazem parte da sua herança cultural. O Brasil é uma comunidade ampla, formada por essa miscigenação de povos, de identidades culturais e de características próprias. É preciso resgatar essas formações, conhecer a riqueza dos seus saberes para que eles não se evaporem com o tempo. A cultura do homem branco sempre foi a cultura universal. Recebemos herança e saberes que não são nossos. Incorporamos essa cultura sem perguntar de onde viemos? Quem são nossas gerações passadas?

Nos últimos anos, a importância da proteção do patrimônio imaterial tem tomado

grande vulto, uma vez que cada povo possui e precisa afirmar a sua identidade a fim de garantir que a humanidade mantenha a sua diversidade cultural.

É possível dizer que só faz sentido preservar algum objeto (e os objetos da preservação podem ser materiais - móveis, imóveis, ou imateriais - modos de fazer, costumes, ritos) diante da ameaça de sua perda. Isto é, só existe a preocupação de proteger alguma coisa se há risco de perdê-la. Sem risco, basta deixar que as coisas sejam como são. Mas, então, a própria noção do que constitui o patrimônio cultural de um povo deve vir da preocupação de que ele deixe de existir.

No processo de preservação do patrimônio histórico e artístico, ou patrimônio humano, ou cultural, entretanto, observa-se uma ausência de Participação popular. Desse processo de excluir a população do que é seu, advém uma série de outros desconhecimentos. O ideal seria a participação total da população local nas decisões relativas à sua própria cidade.

De acordo com Simão (2001) o passado e suas referências marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer - objetos, alimentos, festas - voltam, na virada do milênio, a ser valorizados. Começa-se a sentir, novamente, necessidade de entender o passado como um referencial para a construção do futuro e como um processo contínuo de fruição, em contraste ao pensamento iluminista, base da cultura ocidental há dois séculos, que desvincula o passado e vislumbra o futuro sob o ideal da modernidade.

4 Patrimônio e Identidade cultural

No século XX, a sensação da fragmentação da identidade, da perda das referências culturais, despertou no homem o desejo de “retorno a algo perdido”, ou seja, a necessidade de buscar manifestações culturais que pertençam a seu passado vivo, a comportamentos que deixaram de ser comuns, pois o frenesi contemporâneo exige atitudes da sociedade globalizada.

Para Pellegrini Filho (1993), pertencer a uma identidade cultural significa descobrir-se, ser diferente dos comportamentos globais. Por isso, patrimônios culturais intangíveis como as formas de manifestações lingüísticas, de relacionamento, de trabalho com a terra e a tipicidade da culinária, o cultivo e o preparo do vinho, os passos das danças, tornaram-se patrimônios da cultura e demonstram a riqueza da relação entre identidade e diversidade da cultura brasileira.

Sobre isso, Meneses (2004) aponta que, num momento em que redescobrimos o valor do patrimônio, como elemento de identidade cultural, torna-se comum a discussão sobre as formas de seu uso, o que leva, lentamente, o interesse do governo federal e até mesmo dos gestores estaduais pelo patrimônio.

5 Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial, interpretada por Horta (apud QUEIROZ, 2004) como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, torna-se um poderoso instrumento no processo de reencontro do indivíduo consigo mesmo. Resgatando, dessa forma, sua auto-estima através da revalorização e reconquista de sua própria cultura e identidade, ao perceber seu entorno e a si mesmo em seu contexto cultural como um todo, transformando-se em principal agente de preservação.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são pontos essenciais no caminho por uma preservação mais sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA apud QUEIROZ, 2004).

Assim, para tornar possível essa preservação sustentável, para se conseguir o encontro e a conquista de um grupo consigo mesmo, torna-se importante a verificação da visão de cultura, de identidade e de auto-reconhecimento no ambiente em que o indivíduo está inserido. O que realmente é herança desse povo? O que foi incorporado por determinação dos povos dominantes?

Pensando assim, a comunicação entre a comunidade e os responsáveis pela preservação do patrimônio é prioritária. Com uma preocupação como esta, torna-se possível uma conscientização de todos para o crescimento patrimonial.

A Educação Patrimonial torna-se, assim, um processo constante de ensino/aprendizagem que tem por objetivo central e foco de ações, o Patrimônio. É nessa educação que se encontra a fonte primária de atuação que vem enriquecer e fortalecer o conhecimento individual e coletivo de uma nação sobre sua cultura, memória e identidade.

Por meio de ações voltadas à preservação e compreensão do Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial transforma-se em um meio de aprendizagem, interatividade, e identidade de todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade. Fazendo com que esses se (re)conheçam, (re)valorizem e se (re)apropriem de toda uma herança cultural pertencente a eles mesmos. Qual a história de sua origem? Quais são suas gerações? Quais suas danças, crenças e mitos? Tudo é parte de uma cultura verdadeira que o tempo pode levar.

6 Conclusão

A identidade perdida no global proporciona a perda das referências. Os sujeitos em seus espaços sabem o que são e valorizam-se através de suas construções simbólicas que, por sua vez, refletem sua história, bem como toda a real significação dos lugares, resgatando em suas linguagens, leituras e expressões o que sempre serão em essência.

Retirada do sujeito, sua memória, sua história, que é o que o identifica e o valoriza no lugar e nele próprio, o lugar e o ser desqualificam-se, restando o desinteressante, o sem sabor, o lugar comum. Assim como cidadania e cultura formam um par integrado de significações, da mesma forma, cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos, quando os pensamos como parte instituinte de uma sociedade, parte de sua organização e meio de vida.

Dessa forma, cada lugar é definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados daquelas que conservam maior relação com as forças do presente e dão suporte ao desenvolvimento do grupo.

Criamos a possibilidade de assumirmos que lidar com o nosso Patrimônio é lidar com o espelho do país refletido na precariedade e dificuldade com que ele se mantém. Mas também, através dessa reflexão, nos vemos como instrumentos geradores de novas informações e estímulos que gerem a certeza de que somos, todos, personagens fundamentais na construção e delineamento histórico de nosso país, cujo desafio é lançado a todos nós por meio da Educação Patrimonial.

A sociedade é, pois, representada por seu Patrimônio, por intermédio do qual ela mesma se mostra. Está representada nele pela ideologia, cultura, religião, instituições, organizações e território, tudo representando o resultado das forças ativas de seus membros, devendo para o desenvolvimento de qualquer atividade, e principalmente do turismo, serem preservadas e respeitadas.

A cultura vem sendo transmitida através das sucessivas gerações, sempre se renovando e se recriando num processo vivo e dinâmico, propiciando às suas respectivas nações a possibilidade de construir sua própria identidade.

E a manifestação dessa identidade se revela através do Patrimônio Cultural que não se restringe somente aos bens culturais móveis e imóveis, representantes da memória nacional e protegidos por leis e instituições governamentais. O patrimônio vai muito além da matéria, se fazendo presente em outras tantas formas de expressão cultural de uma sociedade.

Essa herança imaterial se manifesta na interação do homem com o ambiente, com a natureza. A interação do homem com o ambiente como suas danças, folclores, crenças, cultivos. A interação do homem com a natureza de seu território como as montanhas, o mar, os rios e as florestas. É a alma de uma nação se expressa através dos saberes, celebrações e formas de expressão de seu povo, “materializados” no artesanato, nas maneiras e modos do fazer cotidiano de das comunidades.

Ao abrirmos espaço para o tema Educação Patrimonial, em nosso contexto, estamos trazendo à tona uma reflexão quanto à responsabilidade que assumimos enquanto

profissionais e cidadãos no processo de fortalecimento e revitalização de nossa cultura; sobre a responsabilidade de nos conduzir e a outros indivíduos, no caminho do entendimento e do profundo comprometimento na construção desse universo sociocultural.

Dessas reflexões, verifica-se que a educação patrimonial não pode ser encarada como uma mercadoria que se destina a um determinado público, com prazo de validade. Mas deve, sim, ser encarada como um processo permanente e ininterrupto, com a utilização dos mais diversos recursos didáticos e paradidáticos para manutenção desse processo, o que permitirá a otimização do uso das peças do museu como fonte de conhecimento, bem como seu entendimento como documento histórico. ■

Referências

AGUIRRE, A. *Cultura e Identidad Cultural*. Barcelona: Bardenas, 1997.

BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. São Paulo: Papyrus, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Rio de Janeiro: Soleis, [2010]. Disponível em: <<http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes5-90.htm>>. Acesso em: 1 abril 2010.

MENESES, José Newton Coelho. *História & turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004, p. 41-62.

PELLEGRINI FILHO, Américo. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papyrus, 1993.

QUEIROZ, Moema N. A. Educação Patrimonial como instrumento de cidadania. *Revista Museu*, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562>. Acesso em: 16 jan. 2010.

RODRIGUES, Marly. *Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987*. São Paulo: UNESP, 1999.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

Recebido em 11.11.2009

Aceito em 25.01.2010